



Jornal FNE Edição 60 – Maio/07

Compromisso Renovado

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura da solenidade de posse da diretoria da FNE para o triênio 2007-2010, realizada em 4 de abril, no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional. Prestigiada por diversas autoridades e um público de cerca de 400 pessoas, colocou em pauta a grande bandeira de luta da entidade: a retomada do desenvolvimento nacional.

Ainda tratando do tema, uma das alternativas para se buscar recursos ao financiamento dos projetos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a utilização de dinheiro do FGTS e de fundos privados.

Na discussão sobre os meios para se atingir o crescimento, C&T coloca em pauta o programa nuclear brasileiro e a utilização dessa energia para compor a matriz nacional. Ainda não está resolvido o conflito entre os que defendem essa medida e os ambientalistas, que apontam riscos de acidentes e acúmulo de lixo radioativo.

Em entrevista, o juiz do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior põe por terra os argumentos neoliberais que defendem a cassação de direitos trabalhistas como forma de reduzir o desemprego. O magistrado não só demonstra o erro dessa teoria, como alerta para a iminência da barbárie social, caso o País abra mão das regras civilizatórias de proteção ao trabalho e de seguridade social. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O sindicalismo no Brasil, nas últimas décadas, passou por momentos distintos. No fim dos anos 70 e início dos 80, no crepúsculo dos governos autoritários, foi marcado pelo seu renascimento, pelo fim do atrelamento ao Estado, uma vez que esteve ofuscado pelo regime de exceção que se implantara no País com o golpe de 1964.

Surgiram nessa época grandes lideranças de trabalhadores que reconstruíram o movimento, dando a ele uma feição de ativa participação política, por se oporem aos governadores nomeados, aos senadores biônicos, ao colégio eleitoral que escolhia o Presidente da República indiretamente e outros. Mais tarde, com a redemocratização, o sindicalismo continuou forte e contestador, surgiram as centrais sindicais, as greves se popularizaram como importante instrumento de reivindicação e as entidades continuaram a influir de forma expressiva nos movimentos sociais brasileiros. Nesses dois momentos, o movimento sindical tinha bandeira e alvo definidos, pois o adversário estava a seu alcance – era o governo e sua política autoritária.

Depois, passamos por um momento no qual o movimento sindical sofreu com as sucessivas crises econômicas brasileiras, nas quais o desemprego impera e o trabalhador se desmobiliza como massa organizada, já que sua principal preocupação é a sobrevivência.

Hoje o movimento sindical passa por um momento de apatia, uma vez que perdeu suas bandeiras, até mesmo porque, com a política da globalização, os verdadeiros adversários das entidades sindicais ficam camuflados. Soma-se a isso o alto nível de desocupação, que faz com que o foco do trabalhador seja a manutenção do emprego – qualquer coisa além disso fica em segundo plano.

A FNE e seus sindicatos, na busca do resgate das lutas e do vigor do movimento sindical, estão inaugurando uma nova fase. Trata-se do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Esse vem ao encontro dos anseios de toda a população e seus resultados têm um alcance fortemente social, já que promove a inclusão e melhoria de vida geral. Não só os engenheiros seriam os beneficiários dos resultados da implantação de tal proposta, uma vez que sua amplitude abrange todos os setores da economia. Vale dizer que se trata de muito feliz iniciativa, pois não há profissionais mais habilitados que os da engenharia a debater o desenvolvimento e propor formas de alcançá-lo.

Urge que nosso país se levante de seu berço esplêndido e com toda expertise de seus trabalhadores, principalmente os engenheiros, transforme essa nação. Certamente, a implantação das idéias sugeridas no “Cresce Brasil” é um bom caminho. Por fim, vale lembrar que o projeto não pode ser desvinculado da premência de uma reforma política, pois, do contrário, os esforços da classe trabalhadora poderão ser tragados pela corrupção.

Cláudio Henrique Bezerra de Azevedo é presidente do Senge-GO

CRESCER BRASIL

Entre as fontes de custeio dos projetos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), estão fundos de investimento específicos e mesmo a possibilidade de participação do trabalhador. No total, à execução das propostas ali abrangidas, estão previstos R\$ 503,9 bilhões, a maioria proveniente das estatais federais e do setor privado (R\$ 436,1 bilhões) e o restante, do orçamento da União (R\$ 67,9 bilhões). É o que aponta análise feita pela FNE, que traça comparativo entre o programa governamental e o “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – encabeçado por ela. O estudo consta de documento a ser lançado no dia 14 de maio, em São Paulo. A diferença é que o último projeto, o qual reúne as contribuições dos engenheiros a uma plataforma nacional de desenvolvimento com justiça social, propugna por aumento na taxa de investimento alavancado por inversões públicas.

No caso do PAC, entre as fontes de recursos para impulsionar as obras está o chamado FI-FGTS (Fundo de Investimento do FGTS). Esse consta da Medida Provisória 349/07 – uma das nove aprovadas na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado –, a qual prevê que seja formado por, no mínimo, R\$ 5 bilhões e, no máximo, 80% do patrimônio líquido do FGTS (R\$ 22,1 bilhões no total, segundo estimativa de dezembro de 2006). Possibilita, ainda, ao trabalhador optar por utilizar até 10% do saldo de sua conta vinculada para adquirir ações ou cotas desse FI. A quem decidir usar seu dinheiro, está garantida de imediato a rentabilidade mínima do FGTS (de 3% mais TR). Os setores que podem ser beneficiados são diversos, como energia, saneamento, logística e transporte.

Além disso, forma encontrada pelo governo para complementar o montante necessário aos projetos do PAC é assegurar isenção tributária a aplicadores privados que resolvam integrar os FIPs-IE (Fundos de Investimento em Participações em Infra-estrutura). Entre as medidas a depender de aprovação no Senado, vale exclusivamente para pessoas físicas, as quais, para fazer jus à vantagem, somente podem sacar seus recursos após o manterem por cinco anos no fundo. Conforme Wagner Pinheiro, presidente da Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), eis a grande novidade da proposta, estender o benefício da não-tributação – hoje realidade aos fundos de pensão. “Isentar o investimento produtivo é positivo.” Na sua ótica, possibilita o incentivo ao incremento de inversões em infra-estrutura e traz “novos parceiros para ajudar a financiar o desenvolvimento”. De olho nos FIPs

A Petros – segunda maior no ranking dessas instituições, com investimentos de R\$ 25,9 bilhões e cerca de 40 mil participantes – já participa de seis FIPs, os quais podem vir a ser adequados à nova legislação do PAC, sem grandes mudanças aos cotistas, garante Pinheiro. Até o momento, o fundo que preside já investiu R\$ 200 milhões nos projetos que contemplam e tem mais R\$ 750 milhões disponíveis para tanto. Inserem-se empreendimentos nos setores de energia (como obras para geração, transmissão e distribuição, pequenas centrais hidrelétricas e oportunidades em petróleo e gás), transporte (rodovias, ferrovias e portos) e logística (financiamento de vagões de trem e áreas de abastecimento).

Também tem recursos aprovados a FIPs do gênero a Funcef (Fundação dos Economistas Federais) – terceiro maior fundo de pensão, com aproximadamente R\$ 18,9 bilhões em

investimentos e perto de 49 mil participantes. O total reservado é de mais de R\$ 800 milhões, informa seu diretor de finanças, Demóstenes Marques. Para ele, a queda na taxa de juros – uma das metas do PAC – é importante a essa diversificação nas aplicações. Hoje, os fundos ainda priorizam a modalidade de renda fixa, mas começam a ampliar sua participação em variável, dado o cenário favorável, atesta. E o programa governamental é “grande oportunidade de acelerar investimentos que já estávamos prospectando”. Na concepção de Marques, também é positiva a proposta de criação do FI-FGTS. “Como co-investidor, deve ajudar os empreendimentos a andarem mais rápido.”

Dinheiro do FGTS

A criação do fundo de investimento específico e sua capitalização com recursos oriundos do patrimônio líquido do FGTS não encontra grande resistência. Um dos que não vêem problemas é o economista Décio Pizzato. Já a permissão ao trabalhador de aplicar dinheiro de sua conta vinculada em ações ou cotas desse FI é vista com ressalvas por ele. “É preciso avaliar as regras para tanto.” Seu colega de profissão e professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Marcio Pochmann, é favorável ao uso de parte do patrimônio líquido do FGTS para alavancar o desenvolvimento. Mas tem restrições quanto à utilização individual – como, aliás, foi feito na década de 90, época das privatizações, em que os trabalhadores puderam investir em ações da Vale do Rio Doce e Petrobras. “É um fundo público, não podemos analisar desse ponto de vista.”

Uma das 89 emendas apresentadas à MP 349, que ainda pode ser incorporada à proposta no Senado, vai na contramão de sua idéia. Abre a possibilidade de o trabalhador participar não apenas do fundo específico, mas também aplicar em ações na Bolsa de Valores, no limite de 5% do volume de sua conta vinculada. “Investir nisso torna-o sócio do rentismo”, alerta Pochmann. Já o Instituto FGTS Fácil, como afirma seu presidente, Mario Alberto Avelino, defende a proposta de uso pelo trabalhador de até 20% do seu saldo em “fundos de ações ou de infra-estrutura”. A justificativa é que a rentabilidade assegurada hoje é muito baixa. Para o professor da Unicamp, o caminho é iniciar discussão sobre o fundo de garantia e atualizar sua correção, não abrir novo precedente.

SINDICAL

A equipe que comandará a FNE pelo triênio 2007-2010 assumiu a tarefa em 4 de abril último, numa concorrida solenidade realizada no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, em Brasília. Cerca de 400 convidados, vindos de todo o País, além de inúmeros parlamentares e autoridades, prestigiaram o evento, fortemente marcado pelo debate sobre a necessidade de se retomar o desenvolvimento.

Reconduzido à presidência da entidade, o engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro reafirmou as idéias básicas contidas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em setembro último durante o VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros): “O documento aponta a necessidade, e possibilidade, de se elevar a expansão econômica da medíocre média de 2,5% ao ano para 6%. Sabemos que o salto não se dará por milagre, mas a partir de medidas concretas que favoreçam a atividade produtiva. Em primeiro lugar, há que se elevar significativamente os investimentos públicos e privados, que precisam atingir os 25% do Produto Interno Bruto. Para alcançar essa meta, será necessário que se reduzam os juros de forma mais efetiva do que tem sido feito nos últimos meses. Remodelar a atual política econômica, sem abrir mão do controle da inflação, é certamente uma operação difícil e delicada. No entanto, é essencial para combater males como a pobreza, o desemprego, a informalidade e a falta de oportunidades e perspectivas para a juventude, que corroem nossa sociedade.”

Pinheiro aproveitou a ocasião ainda para convocar os deputados e senadores à discussão sobre o desenvolvimento sustentável e com inclusão social, bases do projeto defendido pela categoria. “Tais propostas são oferecidas para o debate da sociedade, hoje nesse fórum privilegiado que é o Congresso Nacional. O papel dessa casa é crucial para que o País tome a decisão política de optar pelo desenvolvimento e enfrente os desafios que tal escolha certamente trará. A discussão felizmente começou a ser travada com o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento lançado pelo Governo Federal. Mais modesto que as reivindicações dos engenheiros brasileiros e mesmo omissos em determinadas questões, tem um dado positivo essencial: a volta do planejamento e do papel do Estado como orientador e fomentador do desenvolvimento. É, portanto, uma ótima oportunidade para dar a largada à caminhada para fora da nossa pasmaceira econômica. Equívocos devem ser corrigidos, mas a diretriz pelo crescimento há que ser priorizada. Por isso mesmo, a tarefa dessa legislatura é de enorme responsabilidade: debater e tornar possível a principal reivindicação da sociedade brasileira, que é a volta do crescimento econômico após as duas décadas e meia de estagnação.”

O papel da engenharia

O clamor pelo desenvolvimento foi ao encontro das manifestações das autoridades que prestigiaram o evento. “Não é à toa que essa posse é aqui, no Congresso Nacional, temos responsabilidade com o crescimento”, afirmou a senadora Ideli Salvati (PT/SC), criticando a lentidão da Câmara e do Senado em votar as medidas provisórias previstas no PAC. Para ela, o momento vivido no País é também o mais adequado para uma proposta como a dos engenheiros. “As condições macroeconômicas estão dadas, tudo que era necessário foi feito, temos agora que aproveitá-las.”

Na avaliação de Salvati, levar tal proposta adiante certamente demandará participação da engenharia. “Essa categoria é essencial para qualquer país que queira crescer. É inimaginável crescimento sem contar com sua inteligência, criatividade, competência.” “Com o ‘Cresce Brasil’, a FNE mostra que a engenharia brasileira está contribuindo para o País”, saudou o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, que propôs uma reunião para discutir as

propostas da federação pertinentes à sua pasta. Na mesma linha, o deputado Paulo Teixeira (PT/SP) afirmou que o lançamento do PAC – que tem vários projetos coincidentes com o manifesto dos engenheiros – demonstrou a capacidade dessa categoria, por meio da FNE, de diagnosticar as necessidades da infra-estrutura nacional para retomar o crescimento. Elogiando a iniciativa, o deputado e ex-presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), destacou o papel decisivo da profissão para a sociedade: “Eu creio que, além da reunião de ciência e técnica aplicada em diversos ramos, é um estado da alma, individual e coletiva, de otimismo e confiança para superar os obstáculos ao desenvolvimento. Esse documento (o manifesto “Cresce Brasil”) demonstra que os engenheiros e as engenheiras do Brasil permanecem com sua alma intacta, com confiança e fé no País”, concluiu.

Fazendo coro ao colega, Celso Maldaner (PMDB/SC) também apontou o “Cresce Brasil” como um estímulo à retomada do desenvolvimento. “Esperamos que esse projeto da FNE ajude a melhorar a auto-estima do Brasil, que hoje só cresce mais que o Haiti. Que possamos, com a racionalidade da engenharia, gerar emprego e renda à juventude.”

Destacando o momento em que se debate o esgotamento do uso de combustíveis fósseis e a busca da humanidade por alternativas energéticas que não comprometam o ambiente, o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) lembrou a importância da tecnologia para se atingir essa meta. “É o caminho para que se possa oferecer às futuras gerações aquilo de que dispusemos até agora”, asseverou. “O País precisa de um projeto de fundo que conte com a engenharia para recuperar o padrão de crescimento de décadas passadas, mas agora de forma sustentável”, defendeu o secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi.

Participaram ainda da solenidade o deputado Eduardo Valverde (PT/RO) e os presidentes do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Marcos Túlio de Melo, e do Crea-DF, Lélia Barbosa de Sá.

Diretoria

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Maria de Fátima Ribeiro Có

Tesoureiro

Carlos Bastos Abraham

Secretário

Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor de Planejamento e Relações Internas

Augusto César de Freitas Barros

Diretor de Relações Interinstitucionais

Antônio Noé Carvalho de Farias

Diretor Operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais

Marcílio Vital de Paula (Norte)

José Ailton Ferreira Pacheco (Nordeste)

Cláudio Henrique Bezerra Azevedo (Centro-Oeste)

Clarice Maria de Aquino Soraggi (Sudeste)

José Carlos Ferreira Rauen (Sul)

Conselheiros fiscais

Efetivos: Luiz Benedito de Lima Neto, Agenor Aguiar Teixeira Jaguar e Arthur Chinzarian

Suplentes: Francisco Regis Carneiro de Andrade e Manoel Ferreira da Conceição Neto

Representantes na Confederação

José Luiz Lins dos Santos

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

SINDICAL II

PI

Futuro presidente da Agespisa visita o sindicato

Com o objetivo de debater a reestruturação da Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí), Merlong Solano Nogueira, indicado para presidir a companhia, e Socorro Sales, que ocupa o cargo atualmente, visitaram o Senge em 24 de abril, ocasião em que foram recebidos pelo presidente do sindicato, Antônio Florentino de Souza Filho, e diretores que atuam na empresa.

No encontro, Solano destacou seu propósito de estabelecer uma boa relação com os servidores, visando implementar medidas para continuar o trabalho de recuperação da empresa, em especial no aspecto financeiro. “Vamos precisar da cooperação de todos”, ressaltou. De acordo com Florentino, a categoria vai colaborar no que for necessário com o futuro presidente. “Também queremos preservar e revitalizar a Agespisa. A direção da empresa tem nosso total apoio”, garantiu. Na reunião, foi discutido ainda o marco regulatório do setor e o processo de municipalização do sistema de abastecimento de água de Teresina. No encerramento, Florentino entregou a Solano o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

PA

Aprovada proposta de atuação do Crea

Em 25 de abril, por decisão plenária do Crea-PA nº 149, foi aprovada a constituição de grupo de trabalho para iniciar o cadastramento e fiscalização dos cargos técnicos nos órgãos públicos no Estado. Na ocasião, a pedido do diretor da FNE e vice-presidente do Crea, Noé Farias, foi realizada palestra sobre valorização profissional e o cumprimento da Lei nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiros, arquitetos e agrônomos, pelos presidentes Manuel Menezes Vieira, do Senge-PA, Raimundo Nonato da Silva Souza, do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas, e Antonio Carlos Albério, do Crea-PA. Além disso, ratificaram a importância do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” na valorização dos engenheiros e da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Também cobraram o preenchimento dos cargos técnicos por engenheiros para garantir a qualidade dos serviços públicos.

SC

Senge promove palestras pelo Estado

“O comportamento do emprego em Santa Catarina anterior e posterior à Constituição de 1988” foi o tema das palestras ministradas pelo presidente do Senge-SC, José Carlos Rauen, nas cidades de Joinville, Blumenau, Tubarão, Criciúma, Lages, Chapecó e Joaçaca, com o intuito de unir os profissionais da área em torno de objetivos comuns. Segundo Rauen, o assunto partia da premissa “não reclame do seu Estado, proponha ao seu governante medidas que venham ao encontro das necessidades da nossa profissão”. As palestras promovidas pelo Senge atingiram um universo de mais de 500 engenheiros.

CE

Empossada nova diretoria

No dia 11 de abril, foi empossada a diretoria do Senge-CE, em solenidade no auditório Castelo Branco, da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, que contou com a presença de profissionais de várias categorias, representantes de entidades da área tecnológica, empresarial, sindical da região Nordeste, de conselhos profissionais e autoridades. Entre outras personalidades, compareceu o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Em seu discurso, a presidente Thereza Neumann Santos de Freitas afirmou que “a nova gestão será caracterizada por dinamismo, entusiasmo e compromisso com profissionais das diversas categorias da área tecnológica”. Ela destacou as propostas para o triênio 2007-2010, entre elas “apoio irrestrito à FNE, ressaltando o projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’, como meio de alavancar todos os objetivos da categoria”.

TO

Diretoria será eleita em maio

Está marcada para ocorrer no dia 8 de maio, das 12h às 18h, na sede do Seageto, o pleito para escolha de sua nova diretoria. O registro eleitoral e a data foram aprovados em assembléia geral ordinária, realizada no dia 17 de abril. Na ocasião, foi estipulado período de 25 a 30 de abril para inscrição de chapas para a disputa. Poderão votar profissionais em dia com as contribuições sindical e associativa da entidade. A partir do dia 5 de maio, a lista com o nome dos aptos estará à disposição no Seageto. Maiores informações pelo telefone (63) 3216-2981.

MA

Mesa-redonda debate Lei 4.950-A

A Lei Federal 4.950-A/66, que trata do SMP (salário mínimo profissional) da engenharia, arquitetura, agronomia, química e veterinária, foi tema da mesa-redonda promovida pelo Senge-MA, no dia 28 de março. O debate contou com a participação, entre outros, de Aderson de Carvalho Lago Filho, secretário-chefe da Casa Civil, José Lauro Braga, representando o deputado estadual José Max Pereira Barros, e o vereador José Joaquim Guimarães Ramos, que falaram ao auditório repleto de engenheiros e presidentes de sindicatos, entidades de classe e de conselhos profissionais. Segundo Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge, esse evento foi decorrência do trabalho que vem sendo feito pela FNE e pelo Senge-AC, com a mobilização dos profissionais, que culminou com a aprovação da lei do SMP no município de Rio Branco. De acordo com ela, em agosto de 2006, na 63ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o movimento cresceu, com a adesão da Federação Nacional dos Arquitetos, da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros e do Sistema Confea/Creas, dando início à Campanha Nacional do SMP.

A despeito de não estar prevista no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Angra 3 pode sair do papel. A sinalização foi dada após o Tribunal Regional Federal da 2ª Região suspender, em 11 de abril, por unanimidade, decisão que impedia o licenciamento ambiental da usina, em atendimento a recurso interposto pela Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear S.A.). Com a cassação da liminar, conforme consta no site dessa empresa, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) pode prosseguir a análise do EIA-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento e realizar audiências públicas. Depende agora apenas de decisão do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), cuja composição é interministerial e o papel é assessorar o Presidente da República na formulação da política energética. Segundo a assessoria de imprensa do MME (Ministério de Minas e Energia), reunião desse grupo para avaliar e discutir o tema está marcada para maio. Mas já adianta que essa pasta “vê a fonte nuclear pelo viés elétrico, em que um dos critérios mais importantes é a modicidade tarifária. A partir do momento em que atinge preços semelhantes a outras térmicas, passa a ser estratégica e vista como alternativa ao País”. De acordo com a Eletronuclear, é o caso: “Os últimos leilões de ‘energia nova’, realizados em 16 de dezembro de 2005 e 10 de outubro de 2006, sinalizaram uma significativa evolução na montagem da matriz energética brasileira, provando que o preço projetado pelo MME para o MWh a ser produzido por Angra 3 é competitivo. O médio das usinas térmicas vencedoras do leilão, para contratos a serem iniciados em 2011, alcançou R\$ 137,44/MWh – uma tarifa semelhante àquela reavaliada pelo Ministério, em janeiro de 2006, como a de equilíbrio para a Usina Angra 3 (R\$ 138,14/MWh).”

Do ponto de vista técnico, foi dado sinal verde quanto a sua viabilidade, comunica ainda a assessoria do órgão. Segundo sua informação, a justificativa para não ter sido incluída no PAC estaria no fato de a conclusão de Angra 3 estar prevista para depois de 2010 – especificamente 2013. Em eventual revisão do programa, contudo, não é descartada sua inclusão, a depender da resolução do CNPE.

A retomada do Programa Nuclear Brasileiro, paralisado desde os anos 80, é recomendada no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros e reunindo as contribuições da categoria a uma plataforma nacional de desenvolvimento com inclusão social, afirma: “O Brasil domina a tecnologia de enriquecimento de urânio e tem jazidas expressivas do mineral, o que aponta na direção da conclusão de Angra 3 e do prosseguimento futuro de um programa que mantenha estável a participação relativa da energia nuclear em nossa matriz energética.” Balanço da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) de 2006 mostrou que essa representou apenas 2% da oferta brasileira de energia – contra 93% da geração hidráulica e 5% da térmica convencional.

A um custo aproximado de R\$ 7 bilhões, a terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, terá, de acordo com informação da Eletronuclear, potência bruta elétrica de 1.350MW e térmica de 3.782MW. Poderá gerar 10,9 milhões de MWh por ano (o equivalente a um terço do consumo do Estado fluminense). “Com as três usinas em operação, o complexo nuclear terá uma capacidade de geração semelhante à

Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), com aproximadamente 26 milhões de MWh por ano”, estima a empresa.

A revitalização do programa nuclear brasileiro consta do Plano Nacional de Energia 2030, que prevê a construção de quatro novas usinas nas regiões Nordeste e Sudeste entre 2015 e 2030. Para Edson Kuramoto, diretor da Aben (Associação Brasileira de Energia Nuclear), Angra 3, que estaria pronta antes, é essencial a que ocorra a retomada de projetos paralisados ou “muito lentos devido à falta de investimentos”. Além disso, o início do empreendimento encontra-se facilitado, uma vez que “mais de 1/3 dos equipamentos já foram adquiridos, num total de US\$ 750 milhões, o local já está preparado e o impacto ambiental será mínimo, porque se situará ao lado de duas outras usinas em operação, com projeto idêntico a Angra 2”.

RESISTÊNCIA

À sua construção, contudo, o governo enfrentará queda-de-braço com ambientalistas. Coordenador da Campanha contra a Energia Nuclear do Greenpeace, Guilherme Leonardi é uma das vozes que se opõem a Angra 3. Segundo ele, a organização que representa entende que a “energia nuclear é desnecessária, obsoleta e extremamente cara. Só para exemplificar, com o valor necessário à conclusão de Angra 3, é possível construir parque eólico com o dobro da capacidade, mas também prover medidas de eficiência energética. Com 12% desse valor, o Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) economizou o equivalente a quatro vezes essa usina. E se quisermos segurança, devemos optar por outras energias”. Além do risco de acidentes e despreparo do Brasil para lidar com uma situação de emergência, Leonardi chama atenção para o problema do lixo radioativo, “material que permanece perigoso por milhões de anos e sem solução até hoje”.

Engrossa o coro contra a opção o deputado federal Edson Duarte (PV-BA). Relator de trabalho concluído em 2006 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara sobre o programa nuclear brasileiro, ele salienta que esse demonstrou, entre outros problemas, que o Estado nacional “não tem condições de garantir à população a segurança necessária diante do uso de energia nuclear”. Além de assegurar que os rejeitos ficam armazenados em repositórios iniciais, dentro das usinas, Kuramoto acredita que o plano de emergência “funciona”. O diretor da Aben continua: “Todas as alternativas produzem algum impacto ambiental, que no caso da nuclear é mínimo. Se o País quer se desenvolver – e precisa –, se quer luz para todos, vai ter que complementar sua matriz com todas as fontes.”